

Responsabilidade Social Empresarial no Setor Bancário: Análise a partir dos Fatores ESG

MARIA DA GRAÇA DE OLIVEIRA CARLOS
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA
mgcarlo@globo.com

DAFNE OLIVEIRA CARLOS DE MORAIS
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
dafne_oliveira@hotmail.com

Responsabilidade Social Empresarial no Setor Bancário: Análise a partir dos Fatores ESG

Resumo

Este estudo tem o objetivo de identificar as principais práticas de Responsabilidade Social Empresarial das companhias brasileiras do setor bancário no período de 2008 a 2015, verificando o seu engajamento quanto às dimensões da sustentabilidade socioambiental e econômica. A pesquisa justifica-se pela relevância e materialidade de recursos movimentada pelo setor e permite apontar questionamentos acerca da reciprocidade das companhias junto à sociedade e sobre o que lhe devolvem, uma vez que recebem tanto. Os resultados permitiram concluir que as empresas investigadas se submetem, de modo geral, a entidades de auditoria social, certificação e verificação de suas práticas de responsabilidade. Quanto ao fator ambiental verificou-se que pouca efetividade nos resultados obtidos, exceto pelo consumo de água que reduziu conforme demonstrado. No pilar social, os Fatores ESG pareceram evidenciar poucos dados. Isso representou uma restrição do estudo que carece de ser aprofundada. No tocante ao fator governança, foi possível reconhecer a implementação de práticas recomendadas nos códigos de governança, contudo, a classificação de governança corporativa em que se enquadraram as companhias evidencia o quanto ainda precisarão avançar.

Palavras-chave: Corporate Social Responsibility; Banking Sector; ESG Factors

Abstract

This study aims to identify the main Corporate Social Responsibility practices of Brazilian banking sector companies from 2008 to 2015, verifying their commitment to the dimensions of socio-environmental and economic sustainability. The research is justified by the relevance and materiality of resources handled by the sector and allows to point out questions about the reciprocity of the companies with the society and what they give back to them, since they receive so much. The results allowed to conclude that the investigated companies submit, in general, to social auditing entities, certification and verification of their practices of responsibility. Regarding the environmental factor, it was verified little effectiveness in the obtained results, except for the water consumption that is reduced as shown. In the social pillar, the ESG factors seemed to show little data. This represented a restriction of the study that needs to be deepened. Regarding the governance factor, it was possible to recognize the implementation of best practices in the governance codes, however, the corporate governance classification in which the companies fit was evidence of how much they still need to move forward.

Key-words:

INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo, as políticas sociais deixaram de ser atos exclusivamente de atribuição do Estado e da esfera pública, e passaram a ser vistas como preocupação de organizações de âmbito privado. Esse debate remonta aos anos 30, quando Adolph Berle e Merrick Dodd, expoentes das escolas de direito de Columbia e Harvard se debruçaram sobre a prerrogativa institucional da propriedade privada, posta de forma hegemônica a partir da proteção legal dispensada às corporações em detrimento do indivíduo. Se a lei protegia as corporações, porque não se estenderia à saúde e segurança das pessoas que atuavam nas corporações? Pode-se apontar esse período como um marco relevante que estabeleceu a necessidade de as firmas considerarem a pauta de sua responsabilidade corporativa sobre a comunidade e sociedade.

Assim, nos anos 1970 Friedman pontuava de forma categórica que as discussões sobre “responsabilidades sociais das empresas” não se sustentam por sua falta de rigor, explicando que o “*business*” só tem responsabilidades com os investidores. Que a corporação é uma pessoa artificial e, neste sentido, pode ter responsabilidades artificiais, mas as empresas, como um todo, não se pode dizer que têm responsabilidades. Desse modo, Friedman (1970) explica que em um sistema de livre empresa, de propriedade privada, um executivo é um empregado dos proprietários do negócio. Ele tem responsabilidade direta com seus empregadores.

Por seu turno, nos anos 1980 o *Stanford Research Institute* (SRI) apontou o apoio de todas as partes interessadas como ponto crucial para o sucesso da empresa, valorizando os interesses de todas as partes que são "aqueles grupos sem cujo apoio a organização deixaria de existir". No aspecto econômico a organização se constitui de investidores e acionistas, que têm o objetivo único de gerar lucros. Já do ponto de vista social a corporação deve assumir um comportamento socioambiental responsável, visando harmonia dos diversos atores sociais que a compõem (FREEMAN, 1984).

Essa discussão evoluiu ao longo do tempo de forma polarizada e em que pesem as proposições sobre o assunto, a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) tem se mostrado uma temática que compreende a noção de que as organizações têm de atender às expectativas da sociedade (GÖSSLING; VOCHT, 2007). Nesse contexto, as exigências de clientes têm revelado fortemente a transparência dos mercados, aumentando as restrições do governo com relação à conduta social (BEURDEN; GÖSSLING, 2008). Com isso, a forma como as empresas assumem a sua RSE tem sido valorizada (BARNETT; SALOMON, 2006).

Esse fato está relacionado ao nível de conhecimento e, conseqüentemente, de exigências dos consumidores que passaram a perceber e comprar a credibilidade, honestidade, imagem e a responsabilidade social da organização com seus vários públicos interessados e meio ambiente.

Desse modo, se a sociedade pode decidir que as empresas têm responsabilidades para com as partes interessadas, pode-se esperar que as corporações devam ser responsabilizadas por seu desempenho social (GÖSSLING, 2003).

Nesse contexto, as empresas do setor financeiro representam uma potência no mundo contemporâneo e evidenciam que o capital financeiro define rumos globais e nesse sentido destaca-se estudo evidenciando os 43 maiores bancos no âmbito global (EXAME, 2016). São grandes companhias que decidem os destinos de indivíduos, fazem a priorização e alocação de recursos ao decidir emprestar, financiar projetos e empreendimentos e especialmente apontam caminhos para a economia. São Instituições dos Estados Unidos, França, Espanha, além de Japão e Suíça. O ranking mundial da Forbes é calculado com base no faturamento, valor de mercado, ativos e lucro. Os chineses ocupam os três primeiros lugares no ranking das maiores da Forbes. Nessa lista, também estão três bancos brasileiros: Itaú, Bradesco e Banco do Brasil. Isso mostra que há uma

pequena participação do Brasil, mas ressalta que o país está presente entre os 43 maiores bancos do mundo. As grandes instituições juntas representam cerca de 3,5 trilhões de reais em ativos e geraram aproximadamente 11 bilhões de lucros.

Nessa direção, as companhias devem reconhecer o impacto econômico, social e ambiental de suas operações e ações na vida das pessoas e no meio ambiente, minimizar efeitos adversos e maximizar os benefícios da sua atuação (IDOWU; LEAL FILHO, 2009). A partir desse contexto apresenta-se o questionamento a seguir: quais as principais práticas das companhias brasileiras do setor de bancos no período de 2008 a 2015, quanto às dimensões da sustentabilidade socioambiental e econômica?

Este estudo tem o objetivo de conhecer as principais práticas de Responsabilidade Social Empresarial das companhias brasileiras do setor bancário no período de 2008 a 2015, verificando o seu engajamento quanto às dimensões da sustentabilidade socioambiental e econômica.

A pesquisa justifica-se pela relevância e materialidade de recursos movimentada pelo setor e permite apontar questionamentos acerca da reciprocidade das companhias junto à sociedade e sobre o que lhe devolvem, uma vez que recebem tanto.

O marco teórico do estudo está lastreado nos fundamentos da Responsabilidade Social e adota a abordagem de Fatores ESG – *Environment, Social and Governance* – como categorias temáticas para analisar as práticas de Responsabilidade Social Empresarial das companhias investigadas, tendo em vista sua pertinência segundo as premissas da UNEP-FI como modelo adequado ao setor financeiro para investimentos responsáveis (PRI/UNEP FI, 2012).

O trabalho aborda as empresas classificadas no setor de Bancos da BM&F BOVESPA, abrangendo 25 companhias, sobre as quais se realiza um levantamento exploratório e posteriormente um estudo de caso setorial aplicado em quatro grandes Bancos atuantes no Brasil. O estudo faz principais práticas de RSE a partir de dados estruturados disponíveis na *Bloomberg*, contendo dados socioambientais e de governança no período de 2008 a 2016.

A pesquisa contribui com informações estruturadas sobre práticas de Responsabilidade Social e permite evidenciar, empiricamente as macro ações desencadeadas em um segmento de grande poder econômico.

O trabalho se estrutura em quatro sessões, iniciando pelo referencial teórico, seguido da metodologia e resultado exposto em quatro casos, com breve discussão sobre o teor das práticas identificadas, conclusões e referências.

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) aborda o bem-estar de todos os *stakeholder* de uma entidade, sejam primários ou secundários, inclusive os concorrentes. Kotler e Lee (2005) dizem que a RSE é fazer o bem. Trata da decência, da conduta, dos relacionamentos e contratos, inclusive da postura com o ambiente.

Elkington (1997), em seu relatório *triple-bottom-line* argumenta que a responsabilidade social de uma entidade empresarial é tripartite, pois deve criar valor econômico para ser lucrativa; criar valor ecológico, por meio do engajamento em atividades favoráveis ao meio ambiente natural; e criar valor social, por meio do engajamento em atividades benéficas para a vida e para a comunidade.

Carroll; Buchholtz (2003) estenderam esta ideia e argumentam que a responsabilidade social de uma organização empresarial é a soma de quatro responsabilidades diferentes: Econômicas (ECR), legais (LGR), éticas (ETR) e mais as responsabilidades filantrópicas (PHR)

Avi-Yonah (2005) fala da legitimidade da RSE a partir das transformações da corporação ao longo dos séculos e classifica a Responsabilidade Social em três tipos específicos (quadro 1) a seguir:

Quadro 1: Tipos de Responsabilidade Social Empresarial

Tipos de RSE	Beneficiado	O que é	Descrições
Primeiro tipo de RSE	Benefício de longo prazo para acionistas	Envolve atividades que podem beneficiar os acionistas no longo prazo	Ações de prevenção de desastres ambientais respeito a regras legais e éticas tem efeito positivo significativo na prevenção de desastres corporativas mesmo com custo alto a curto prazo.
Segundo tipo de RSE	Não acionistas	Corporação responsável envolve atividades que projetam mitigar danos sociais de responsabilidade da empresa, mesmo indireta, e quando nenhum benefício aos acionistas pode ser mostrado.	Tais atividades não beneficiam acionistas, Mas, enfatizam benefícios da existência corporativa derivado do estado, um contrato implícito pode-se inferir que a corporação vai ajudar o Estado na mitigação dos danos que causa, mesmo na ausência de responsabilidade.
Terceiro tipo de RSE	Não acionistas	Corporação não se responsabiliza. Envolve atividades p/ empresa que não é responsável e não beneficia seus acionistas, mesmo a longo prazo	Se a empresa é considerada como pessoa apenas como indivíduo, pode-se agir filantropicamente conforme a Lei. Caso contrário, o Estado terá arcará com o ônus que a empresa criou. Ex: prevenção da AIDS,

Fonte: Avi-Yonah (2005).

Dahlsrud, (2006) realizou uma pesquisa abrangente, analisando 37 das definições mais comumente usados tendo como fonte uma ampla revisão da literatura de artigos de periódicos e sites da web, utilizando análise de conteúdo a partir do reconhecimento de cinco dimensões de RSE (quadro 2) verificando a ocorrência de cinco principais dimensões (quadro 1) devem ser equilibrados um contra o outro para a tomada de decisão (DAHLSTRUD, 2006; FREDERICK, 2006)".

Quadro 2: As cinco dimensões da RSE, codificação e conteúdo.

Dimensões	A definição codificada p/a dimensão de RS	Frases de Exemplo
Ambiental	O ambiente natural	"Um ambiente mais limpo " gestão ambiental " preocupações ambientais nas operações de negócios
Social	A relação entre as empresas e a sociedade	Contribuir para uma sociedade melhor " integrar as preocupações sociais nas suas operações comerciais
Econômica	Aspectos socioeconômicos ou financeiros, inclusive RSE na operação de negócios	"Contribuir para o desenvolvimento econômico" preservar a rentabilidade das operações comerciais
Stakeholder	Stakeholders ou grupos de stakeholders	Interações com suas partes interessadas " como as organizações interagem com os seus colaboradores, fornecedores, clientes e comunidades "
Voluntarismo	As ações não previstas na lei	Baseado em valores éticos' 'além das obrigações legais' 'voluntária'

Fonte: Dahlsrud (2006).

FATORES ESG

Os Fatores ESG surgiram a partir de proposta da ONU, em processo conduzido pelo Secretário Geral das Nações Unidas na gestão Kofi A. Annan em 2005, refletindo a crescente

importância das questões ambientais, sociais e de governança corporativa para as práticas de investimento (PRI/UNEP FI, 2012).

Assim, foram desenvolvidos os Princípios para o Investimento Responsável por um grupo internacional de investidores institucionais, visando alinhar as atividades de investimento com os mais amplos interesses da sociedade e melhorar os resultados junto a empresários, acionistas, gestores e a companhia. Os Princípios para o Investimento Responsável visam ajudar a integrar temas ambientais, sociais e de governança (ESG) pelos investidores institucionais. Na tomada de decisões em investimentos, e, portanto, aperfeiçoar os retornos de longo-prazo aos beneficiários (PRI/UNEP FI, 2012).

As questões ESG envolvem abordagem de temas relacionados ao ambiente, à governança corporativa e de cunho social e têm evoluído ao tempo em que se incorporam práticas que valorizam as temáticas que se integram à estratégia das companhias e às práticas de gestão e se voltam à compreensão de como tais fatores podem afetar os ativos e gerar valor para clientes e investidores.

De acordo com o PRI/UNEP FI (2012) as questões ou fatores ESG podem ser definidas conforme a seguir:

- a) Ambiente (E) – Exemplos de questões ambientais incluem a perda de biodiversidade, gases de efeito estufa (GEE), os impactos das mudanças climáticas, energia renovável, eficiência energética, o esgotamento de recursos, química poluição, gestão de resíduos, esgotamento de água doce, oceano acidificação, destruição do ozônio estratosférico, mudanças no uso da terra, e os ciclos de nitrogênio e fósforo.
- b) Social (S) Exemplos de questões sociais incluem atividades em zonas de conflito, distribuição de produtos de comércio justo, saúde e acesso a medicina, segurança do trabalho e qualidade da saúde, HIV/AIDS, o trabalho normas na cadeia de abastecimento, trabalho infantil, escravidão, relações com as comunidades locais, gestão de capital humano, relações com empregado, diversidade, armas controversas, e liberdade de associação.
- c) Governança Corporativa (G) - Exemplos de questões de governança incluem benefícios executivos e compensação, suborno e corrupção, os direitos dos acionistas, ética nos negócios, a diversidade de bordo, estrutura de administração, diretores independentes, gestão de riscos, sistemas silvo de apito diálogo entre os interessados, *lobbying* e divulgação. Esta categoria pode também incluem questões de estratégia de negócios, tanto as implicações de estratégia de negócios para as questões ambientais e sociais, e como a estratégia está a ser implementada.

Outra abordagem dos fatores ESG é dada pelo MSCI Inc. sediada em Nova York, com escritórios de pesquisa e comerciais em todo o globo. A MSCI é uma entidade provedora de ferramentas de apoio à decisão de investimento para os investidores em todo o mundo, incluindo os gestores de ativos, bancos, fundos de hedge e fundos de pensão. É líder na sua área de atuação e seus serviços incluem índices, carteira de risco, análises de desempenho e ferramentas de governança.

As ofertas de produtos são índices MSCI, que incluem mais de 148.000 índices diários que cobrem mais de 70 países; Risco da carteira de Barra e análise de desempenho abrangendo patrimônio global e mercados de renda fixa; *RiskMetrics* mercado e de risco de crédito analytics; ISS pesquisas sobre governança e voto por procuração e serviços terceirizados de relatórios; Modelos de avaliação FEA e software de gestão de riscos para os mercados de energia e matérias-primas; e CFRA pesquisa risco de contabilidade forense, avaliação de risco legal / regulamentar, e *due-diligence*.

O Quadro teórico de pesquisa (*framework*) ESG da MSCI considera cinco critérios de classificação de abordagem do desempenho ESG de uma empresa, abrangendo os seus *stakeholder* prioritários ou partes-chave e gera uma análise e avaliação da gestão de cada empresa quanto ao seu desempenho social e governança ambiental conforme a seguir:

- a) Ambiente – Proporção da gestão de uma empresa dedicada aos seus desafios ambientais, incluindo o seu esforço para reduzir ou compensar os impactos de seus produtos e operações.
- b) Comunidade e Sociedade – mede o quão bem a empresa gerencia o seu impacto nas comunidades onde atua, incluindo o seu tratamento da população local, seu tratamento de questões de direitos humanos e seu compromisso com atividades filantrópicas.
- c) Empregados e Cadeia de suprimentos – avalia o registro de uma empresa referente a gestão de funcionários, prestadores de serviços e fornecedores. Questões de interesse particular incluem relações trabalhistas, políticas anti-discriminação e práticas, a segurança dos funcionários e os direitos trabalhistas dos trabalhadores em toda a cadeia de suprimentos da empresa.
- d) Clientes - mede a qualidade e segurança registro de produtos de uma empresa, as suas práticas de marketing, e qualquer envolvimento em controvérsias reguladoras ou anti-concorrenciais.
- e) Governança e Ética - Trata de relações com investidores da empresa e práticas de gestão, incluindo o relatório da empresa de sustentabilidade, responsabilidade da administração e as políticas e as práticas éticas de negócio

Uma pesquisa sobre governança corporativa realizada nos países da OCDE no ano de 2004 traz o indicativo de que são consideradas as melhores práticas e que a governança corporativa é um determinante importante do desempenho e que existe associação significativa entre o nível de governança e desempenho das firmas (GRUSZCZYNSKI, 2006).

Peiris e Evans (2010) apontam uma relação claramente positiva encontrada entre uma avaliação ESG e seu desempenho operacional e avaliação de mercado, o que implica maiores expectativas de lucros para as unidades populacionais de maior classificado. Nesse sentido, o potencial de retorno, devido a fatores ambientais e de governança, em particular, tem sido um foco chave, reconhecendo a influência material dessas questões sobre o desempenho das empresas. (PEIRIS; EVANS, 2010).

A razão mais profunda que condiciona a preocupação com o desempenho devido a influências relacionadas com a ESG é que as empresas que apresentam forte desempenho social (CSP) são susceptíveis de ter uma gestão superior, portanto, igualando CSP com um dos elementos da gestão de um negócio bem-sucedido (PEIRIS; EVANS, 2010).

Os autores mencionam que os fatores ESG constam no centro dos debates do *Stanford Research Intitute* – SRI, onde se questiona a significância dos fatores ESG não tradicionais para os retornos de investimento.

METODOLOGIA

Considerando o seu objetivo o estudo faz uma abordagem exploratória preliminar, buscando conhecer as principais práticas de RSE adotadas pelo setor.

Quanto ao escopo, a pesquisa é um levantamento setorial dentro do segmento bancário. Um levantamento é a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Procedese à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos

dados coletados. (GIL, 2008). Já quanto ao tempo, o estudo é longitudinal retrospectivo e contempla uma análise sobre a realidade do setor no período pós-crise financeira *subprime* de 2008 até 2016. O estudo longitudinal envolve uma amostra fixa de elementos da população, a qual é medida repetidamente (MALHOTRA, 2001, p. 111).

Nessa etapa foram verificadas as principais práticas de Responsabilidade Social, com ênfase no aspecto social, ambiental e de governança, nas 25 companhias listadas no setor, de acordo com a BM&F BOVESPA.

Após a etapa exploratória, passou-se à avaliação e diagnóstico qualitativo. Malhotra (2001, p. 155) diz que a pesquisa qualitativa apresenta uma metodologia não estruturada, baseada em pequenas amostras, que proporciona insights e compreensão do contexto do problema”. O estudo vale-se de fontes secundárias, pois trata-se de pesquisa documental, que de acordo com Gil (2008) foi obtido de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Dessa forma, os dados pertinentes ao conteúdo da RSE foram obtidos em relatos e quadros das bases de dados disponíveis na Bloomberg, que disponibiliza indicadores de sustentabilidade “*Sustainalitics*” e indicadores dos “Fatores ESG”- *Environment, Social and governance* ou seja, fatores sociais, ambientais e de governança das companhias avaliadas.

A pesquisa faz um estudo de caso setorial em quatro grandes Banco, selecionados pela maior evidência de suas práticas, seja no GRI, seja como signatários de entidades de auditoria social da governança global. O estudo tem como referência a análise das práticas de RSE com base nos indicadores ESG que obtém dados das companhias por meio de um Número total de 19 questões ESG, que envolvem temáticas ambientais: mudança climática; Água e saneamento; Alimentação e agricultura; Biodiversidade; Energia; Questões sociais: direitos humanos; trabalho; e Questões de Governança: Anti-corrupção e Indicadores de governança: nível de relatórios da empresa em relação à comunicação anual sobre progresso do *Global Compact*; se o presidente-executivo da empresa apresentou sua carta anual de apoio ao Pacto Global das Nações Unidas e seus princípios.

A ESG Research & Ratings da Sustainalytics é uma solução de pesquisa que oferece aos investidores avaliações e análises aprofundadas e oportunas do desempenho corporativo da ESG com objetivo de avaliar várias aplicações, incluindo engajamento corporativo, análise de risco aprimorada, *due diligence*, telas de exclusão, análise de melhores ofertas e gerenciamento de portfólio e visa uma Melhor compreensão das políticas, programas e Preparação para gerenciar riscos ESG.

RESULTADOS

Os resultados mostraram que a maior parte das empresas estudadas apresenta poucas ou nenhuma evidência de ação de sustentabilidade socioambiental ou de governança.

Foram pesquisadas 25 companhias do setor bancário listados na Bovespa. São grandes instituições financeiras, contemplando bancos públicos federais, estaduais, de desenvolvimento e agentes das políticas públicas, bem como bancos privados que atuam no varejo bancário com a oferta de múltiplos produtos e serviços. Ressalte-se que há também companhias multinacionais, que aqui se instalaram por meio de fusão ou incorporação de bancos regionais e atuam no mercado financeiro e tem papeis ofertados na bolsa.

No tocante ao segmento da governança, verificou-se que dos 25 bancos explorados apenas o Banco do Brasil se enquadra como Novo Mercado, que representa a classificação mais alta da bolsa em termos de governança. Apenas 5 companhias estão classificadas como Nível 1 de governança (Bradesco, Itaú Unibanco, Itaúsa, Banrisul e Banco Pan. No nível 2 estão os Bancos ABC, Indusval

e Pine, sendo os demais 14 bancos (alfa holdings, Consórcio Alfa, Banestes banco alfa, Amazônia, BTG, Banese, Banco Estado Pará, Banco do Nordeste, BRB, Santander Brasil, Mercantil do Brasil e Mercantil de Investimentos e Paraná Banco. Além de 2 bancos estrangeiros que atuam no Brasil (Patagônia e Santander) e tem certificados de depósito patrocinado (BDR3).

Ainda quanto ao mercado e à governança corporativa, apenas 4 empresas (Banco do Brasil, Bradesco, Itaú Unibanco e Santander) estiveram listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa que busca criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e estimular a responsabilidade ética das corporações.

Quanto aos aspectos de *disclosure* socioambiental, foi identificado que apenas 5 realizavam divulgação de dados em Relatórios de sustentabilidade no *Global Reporting Initiative*, razão porque foram selecionados como principais companhias do estudo o Bradesco, O Banco do Brasil, O Itaú/Unibanco e O Santander Brasil (ver quadro 3).

Quadro 3: Vinculação Entidades de auditoria social e Governança Global para cumprir os **Fatores ESG**

BRADESCO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
GRI	Sim								
ISE	Sim								
Governança	N1								
CDP	Sim								
GHG	Sim								
UNGC	Sim								
Comitê de sustentabilidade/CSR	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Executivas mulheres %	0	0	0	4,55	4,76	4,76	15,79	15	8,7
Banco do Brasil SA	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
GRI	Sim								
ISE	Sim								
Governança	NM								
CDP	Sim								
GHG	Sim								
UNGC	Sim								
Comitê de sustentabilidade/CSR	n/a	n/a	Não						
Executivas mulheres %	—	—	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,70
SANTANDER	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
GRI	Sim								
ISE	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Governança	Não	Não	Não	Trad	Não	Trad	Trad	Trad	Trad
CDP	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
GHG	Sim								
UNGC	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Comitê de sustentabilidade/CSR	n/a	n/a	n/a	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Executivas mulheres %	—	—	—	16,67	20,00	20,00	25,00	25,00	25,00
Itaú/Unibanco	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
GRI	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
ISE	Não	Sim							
Governança	Não	N1	Sim						
CDP	Sim								
GHG	Sim								
UNGC	Não	Sim							
Comitê de sustentabilidade/CSR	n/a	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
Executivas mulheres %	—	7,69	7,69	7,69	14,29	18,18	7,14	11,11	9,52

Fonte: Bloomberg Em Milhões de BRL exceto por ação (adaptado pelos autores).

No tocante ao pilar social, observou-se que apenas quatro delas (Bradesco, Banco do Brasil, Santander, Itaú-Unibanco,) são signatárias do UNGC – *United Nations Global Compact* ou Pacto

Global das Nações Unidas e desse modo manifestam compromisso e engajamento com os dez Princípios universais, derivados da Declaração Universal de Direitos Humanos, da Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção. Nessa direção é possível ressaltar a existência de um comitê de sustentabilidade que parece estar consolidado no Bradesco, contudo não chegou a ser implementado no Banco do Brasil e foi ativado no Santander em 2011 e omitido nos anos seguintes. No Itaú/Unibanco observou-se situação semelhante, sendo que o comitê foi implantado em 2009 e esteve ativo até 2013, sendo omitido de 2014 em diante.

No aspecto ambiental verificam-se ações efetivas de controle quanto ao uso de recursos renováveis, os aspectos de poluição, energias, água, consumo de papel, além da emissão de resíduos e a preocupação com as mudanças climáticas. Nesse sentido, as ações referenciadas permitem evidenciar que as companhias estudadas são ou se tornaram signatárias do *Carbon Disclosure Project* e *Green Halg Gas Protocol* em todo o período com adesão posterior do Santander.

O Protocolo de Gases de Estufa (GHGP) fornece padrões contábeis e de relatórios, orientação setorial, ferramentas de cálculo e treinamentos para empresas e governo. Estabelece um quadro abrangente, global e padronizado para medir e gerenciar as emissões das operações do setor privado e público, cadeias de valor, produtos, cidades e políticas. No tocante ao mercado e à governança corporativa.

Os quatro bancos investigados realizam controle dos gases de efeito estufa de acordo com os pressupostos do GHG de modo que são precificados os valores relacionados a intensidade de emissões a partir de indicadores estabelecidos como requisitos. Tais indicadores apontam que a posição das companhias decresceu no período de 2008 a 2016 no Banco do Brasil e Bradesco quanto a emissão GEE por vendas sendo irregular nos demais bancos. Os demais indicadores se mostraram irregulares e a emissão GEE por funcionário e por energia se mostrou crescente, ressaltando que apesar de existir o controle, parece ser mais um instrumento de evidenciação do que mecanismo de gestão ambiental para contribuir com a sociedade na mitigação de impactos às mudanças climáticas

Quanto às emissões de dióxido de carbono, apenas o Bradesco evidenciou os dados de controle no período, apesar de que outros bancos tenham informado que são signatários do CDP – *Carbon Disclosure Project*. Os dados evidenciados de CO₂ por vendas, ativos e por energia mostrou-se de forma geral decrescente. Já no indicador de emissão por funcionário foram irregulares com tendência ascendente e foram interrompidos em dezembro de 2014 (quadro 4).

Quadro 4: Fator Ambiente – Mudanças Climáticas

Bradesco Gases efeito estufa	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16
GHG Intensidade por vendas	0,78	0,18	0,27	0,16	0,33	0,45	0,44	—	—
Intensidade CO ₂ /GEE / Imobilizados líq	13,98	3,18	4,58	3,66	7,41	10	16,45	—	—
GHG Intensidade por energia	—	36,82	16,71	13,22	77,18	106,87	157,96	—	—
GHG Intensidade por funcionário	0,69	0,18	0,26	0,15	0,32	0,45	0,8	—	—
GHG Intensidade por Ativos	0,14	0,03	0,04	0,02	0,04	0,05	0,08	—	—
Bradesco Dióxido de carbono	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16
Intensidade CO ₂ por vendas	0,78	0,18	0,27	0,16	0,33	0,44	0,43	—	—
Intensidade CO ₂ p/energia	—	0,04	0,02	0,01	0,08	0,1	0,16	—	—
CO ₂ Intensidade por funcionário	0,69	0,18	0,26	0,15	0,32	0,44	0,79	—	—
CO ₂ Intensidade por ativos	0,14	0,03	0,04	0,02	0,04	0,05	0,08	—	—
Emissões de viagem por vendas	—	1,7	—	—	—	—	—	—	—
Emissões viagem p/funcionário	—	1,68	—	—	—	—	—	—	—
Banco do Brasil Gases efeito estufa	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16

GHG Intensidade/vendas	—	0,4	0,34	0,18	0,44	0,59	0,64	0,48	0,34
Intensidade CO2/GEE / Imobilizados líq	—	7,65	6,71	4,03	8,45	11,57	14,71	13,92	8,98
GHG Intensidade/ energia	—	49,78	59,54	36,85	77,79	106,3	136,25	134,43	93,13
GHG Intensidade/funcionário	—	0,36	0,34	0,22	0,54	0,68	0,95	0,93	0,68
GHG Intensidade por Ativos	—	0,05	0,05	0,03	0,05	0,07	0,08	0,07	0,05
Dióxido de carbono	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Banco Santander Brasil S/A - GEE	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez//14	dez/15	dez/16
GHG Intensidade por vendas	—	0,16	0,39	0,29	0,62	0,87	0,9	0,79	0,39
Intensidade CO2/GEE / Imobilizados líq	—	2,15	4,33	3,47	6,51	7,74	8,96	8,24	5,82
GHG Intensidade por energia	—	23,77	75,1	56,7	110,78	137,37	191,11	181,48	139,14
GHG Intensidade por funcionário	—	0,15	0,36	0,32	0,72	1,07	1,29	1,15	0,82
GHG Intensidade por Ativos	—	0,03	0,05	0,04	0,09	0,12	0,12	0,1	0,06
Dióxido de carbono	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Itaú Unibanco Holding SA - GEE	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez//14	dez/15	dez/16
GHG Intensidade Por Vendas	0,51	0,16	0,33	0,24	0,45	0,64	0,63	0,64	0,31
Intensidade Co2/GEE / Imobilizados Líq	10,73	4,19	7,12	5,72	10,26	12,15	11,7	12,41	8,11
GHG Intensidade Por Energia	56,96	32,21	55,6	50,02	92,02	130,24	151,4	147,71	103,51
GHG Intensidade Por Funcionário	0,29	0,19	0,32	0,29	0,6	0,83	1,09	1,18	0,69
GHG Intensidade por Ativos	0,08	0,03	0,05	0,04	0,06	0,08	0,09	0,08	0,05
Dióxido de carbono	—	—	—	—	—	—	—	—	—

Fonte: Bloomberg em Milhões de BRL exceto por ação (adaptado pelos autores).

Ainda no tocante aos aspectos gerais do meio ambiente, pode-se observar o consumo de papel e sua evolução ao longo do período, cujos valores evidenciam decréscimo de consumo apenas no Banco do Brasil, sendo que evoluiu regularmente a redução de volume consumido e do custo do recurso. O Bradesco e Itaú apresentaram consumo irregular, ora crescente ora decrescente e o Santander teve forte crescimento até 2010 e manteve patamar alto embora decrescente. Aqui é possível verificar que apesar do controle do recurso não é possível identificar eficiência do controle para mitigação de impacto ambiental e gestão do consumo de recursos não renováveis, ou seja, pode-se demonstrar a intenção de controle, contudo há pouca efetividade quanto ao consumo de florestas e aqui é possível questionar se ao lado desse controle existe ação de plantio de árvores, apoio à manutenção de florestas, financiamento à operações agrícolas que possam fomentar queimadas ou destruição florestal em qualquer grau (quadro 5) .

Quadro 5: Fator Ambiente Impacto ambiental por consumo de recursos não renováveis - consumo de papel

Bradesco Meio ambiente-outro	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	12//2014	dez/15	12//2016
Consumo de papel por vendas	0,09	—	0,14	0,1	0,08	0,08	0,04	—	—
Consumo papel por funcionário	0,08	—	0,13	0,09	0,08	0,08	0,08	—	—
Banco do Brasil Meio ambiente-outro	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	12//2014	dez/15	12//2016
Consumo de papel/vendas	0,04	0,04	0,03	0,02	0,02	0,03	0,02	0	0,03
Consumo papel/funcionário	0,04	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,03	0,01	0,06
Banco Santander Brasil SA Meio ambiente-outro	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	12//2014	dez/15	DE/16
Consumo de papel por vendas	0,09	0,06	0,23	0,16	0,14	0,13	0,1	0,09	0,05
Consumo papel por funcionário	0,07	0,05	0,22	0,17	0,16	0,16	0,15	0,13	0,11
Itaú Unibanco Holding SA Meio ambiente-outro	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	12//2014	dez/15	DE/16
Consumo De Papel Por Vendas	0,08	—	0,46	0,09	0,07	0,05	0,03	0,04	0,03
Consumo Papel Por Funcionário	0,05	—	0,45	0,11	0,1	0,07	0,06	0,08	0,07

Fonte: Bloomberg Em Milhões de BRL exceto por ação (adaptado pelos autores).

Outro aspecto de grande relevância diz respeito ao controle da água consumida, o grande recurso do qual o Brasil dispõe em regiões diversas, mas cujos mananciais não alcançam a todos

os brasileiros e muitas terras estrangeiras mostram-se necessitadas, de modo que cabe a todos ao cuidado para prevenir o desperdício e educar para o uso.

No que se refere ao valor consumido da água, verificou-se que o confronto do consumo por energia apresentou uma cifra relevante, mas pareceu regular ao longo do período, em todas as empresas, sendo crescente apenas no Bradesco, o qual teve baixo consumo evidenciado no início e ao longo do período atingiu o patamar dos demais. O Consumo por empregado teve redução em todos os bancos sendo significativa no Banco do Brasil e no Santander. De igual modo, o consumo por vendas e por ativos foi decrescente, e pode-se dizer que houve uma tendência descendente ao longo dos anos, o que pode ser reflexo de esforço das operações e gestão.

Excepcionalmente, a energia mostrou-se ascendente, o que pode refletir o uso intensivo de tecnologias de informação para segurança e conectividade (quadro 5).

Quadro 6: Fator Ambiente Impacto ambiental por consumo de recursos renováveis - consumo de água

Banco Bradesco SA - Água	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez//14	dez/15	dez//16
Água intensidade por vendas	9,53	—	16,64	16,43	15,06	14,14	8,68	—	8,91
Intensidade da água p/ energia	—	—	1.032,22	1.372,85	3.471,40	3.328,92	3.133,06	—	3.075,52
Água intensidade por empreg	8,44	—	16,13	15,53	14,58	13,95	15,87	—	15,35
Intensidade água por ativos	1,68	—	2,47	2,25	1,89	1,67	1,64	—	1,4
Banco do Brasil S/A - Água	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez//14	dez/15	dez//16
Água intensidade/ vendas	—	—	—	—	20,27	18,45	11,67	7,85	7,88
Intensidade da água/ energia	—	—	—	—	3.598,78	3.313,44	2.468,30	2.213,58	2.132,48
Água intensidade por empreg	—	—	—	—	24,99	21,13	17,14	15,37	15,56
Intensidade água por ativos	—	—	—	—	2,51	2,04	1,5	1,2	1,13
Banco Santander Brasil SA - Água	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez//14	dez/15	dez//16
Água intensidade por vendas	26,79	24,41	22,54	20,7	22,02	23,45	18,9	14,55	8,95
Intensidade água por energia	3.880,82	3.586,61	4.384,37	4.075,86	3.924,32	3.712,45	3.995,46	3.346,88	3.172,19
Água intensidade por empreg	20,28	22,9	20,99	22,9	25,36	29,03	26,87	21,28	18,66
Intensidade água por ativos	3,22	3,8	3,05	3,12	3,24	3,18	2,55	1,76	1,39
Itaú Unibanco Holding SA - Água	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez//14	dez/15	dez//16
Água Intensidade Por Vendas	31,51	16,36	8,05	15,12	13,49	13,54	10,47	8,9	7,09
Intensidade Água Por Energia	3.551,72	3.202,99	1.369,75	3.168,39	2.734,33	2.735,67	2.528,52	2.051,41	2.387,39
Água Intensidade Por Empreg	18,36	18,74	7,8	18,57	17,7	17,5	18,26	16,36	15,88
Intensidade Água Por Ativos	4,94	3,18	1,16	2,37	1,79	1,63	1,51	1,15	1,11

Fonte: Bloomberg Em Milhões de BRL exceto por ação (adaptado pelos autores).

Quanto à dimensão econômica do tripé da sustentabilidade, que tem associação com o fator governança, pode-se observar o conjunto de práticas evidenciadas em cada banco e que traz um perfil a ser compreendido em seu sentido estrito de sustentabilidade da governança e da repercussão das decisões que são homologadas a partir de tais práticas.

Quanto à participação dos gestores estratégicos no Board das companhias, as evidências apontam que os bancos Itaú e Santander apresentam posição ascendente e maior percentual de Diretores independentes, sendo que o Santander alcança o patamar de 50% em 2016.

A participação de mulheres executivas mostra-se mínima e alcança apenas 15 pontos percentuais, sendo medianamente representada, inclusive na participação do conselho de administração que também se mostra apenas um fato.

A faixa etária dos gestores da empresa pareceu bem mais jovem que seu conselho e de modo geral há evidenciação da ingerência da gestão nos comitês de auditoria e na verificação das ações durante algum tempo e depois surge omitida nos quadros de informação.

Essa prática pode ser recorrente ou pode estar em revisão em decorrência da eventual adequação das companhias aos critérios de governança, e nesse sentido cabe aprofundar os estudos para que se possa obter diagnóstico mais consistente (quadro 7).

Quadro 7: Práticas de Governança de Grandes Bancos no Brasil

Bradesco Governança	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	12/14	dez/15	12//16
Diretores não executivos do conselho de diretores	88,89	88,89	88,89	88,89	87,5	87,5	88,89	87,5	87,5
% Diretores independentes	11,11	11,11	11,11	11,11	0	0	0	0	0
% Mulheres no conselho	11,11	11	11,11	11,11	12,5	12,5	11,11	12,5	12,5
Executivas mulheres %	0	0	0	4,55	4,76	4,76	15,79	15	8,7
Faixa etária conselho de diretores	34	34	34	34	34	34	34	34	34
Média de idade da diretoria	62,89	63,9	64,56	65,67	66,5	67,5	68,22	66,5	69,5
% Participação reunião diretoria	—	—	—	88	—	89,66	—	—	—
Diretores não executivos no comitê de auditoria %	—	—	0	0	—	—	—	0	—
Diretores independentes no comitê de nomeação %	—	—	0	0	0	—	0	0	—
Requerimento % ações possuídas para reuniões especiais	—	—	—	25	—	—	—	—	—
Banco do Brasil S/A Governança	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	12/14	dez/15	12//16
Diretores não executivos do conselho de diretores	—	—	85,71	85,71	83,33	85,71	85,71	87,5	75
% Diretores independentes	28,57	28,57	28,57	42,86	33,33	—	28,57	25	25
% Mulheres no conselho	0	14,3	14,29	14,29	16,67	14,29	14,29	12,5	0
Executivas mulheres %	—	—	0	0	0	0	0	0	2,7
Faixa etária conselho de diretores	—	—	—	—	—	—	18	—	—
Diretores não executivos no comitê de auditoria %	—	—	—	—	—	—	25	25	—
Diretores independentes no comitê de nomeação %	—	—	—	—	—	—	25	25	—
Itaunibanco Holding Governança	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	12/14	dez/15	12//16
Diretores Não Executivos Do Conselho De Diretores	—	84,62	84,62	69,23	66,67	75	75	75	91,67
% Diretores Independentes	21,42	23,08	23,08	23,08	33,33	33,33	33,33	33,33	33,33
% Mulheres No Conselho	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Executivas Mulheres %	—	7,69	7,69	7,69	14,29	18,18	7,14	11,11	9,52
Faixa etária conselho de diretores	—	32	32	32	30	30	30	28	23
Média De Idade Da Diretoria	52	—	—	55,92	55,5	56,5	57,5	57,67	56,75
Diretores Não Executivos No Comitê De Auditoria %	—	20	20	20	20	20	0	100	—
Diretores Independentes No Comitê De Nomeação %	—	—	—	20	16,67	33,33	40	40	—
Diretores Independentes No Comitê De Nomeação %	—	0	0	0	33,33	16,67	16,67	16,67	—
Banco Santander Governança	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	12/14	dez/15	12//16
Diretores não executivos do conselho de diretores	—	—	77,78	87,5	66,67	66,67	77,78	70	70
% Diretores independentes	—	33,33	33,33	37,5	44,44	44,44	44,44	40	50
% Mulheres no conselho	0	16,7	11,11	12,5	22,22	22,22	22,22	20	20
Executivas mulheres %	—	—	7,27	9,26	8,51	8,33	9,3	9,52	7,5
Faixa etária conselho de diretores	—	—	23	23	30	30	30	30	17
Média de idade da diretoria	—	55,16	56,78	57,88	57,67	56,78	57,89	53,7	66,1
Diretores não executivos no comitê de auditoria %	—	—	33,33	33,33	33,33	25	25	25	—
Diretores independentes no comitê de nomeação %	—	—	33,33	66,67	66,67	66,67	66,67	66,67	—

Diretores independentes no comitê de nomeação %	—	—	33,33	66,67	66,67	66,67	66,67	66,67	—
---	---	---	-------	-------	-------	-------	-------	-------	---

Fonte: Bloomberg Em Milhões de BRL exceto por ação (adaptado pelos autores).

A partir do quadro 7 é possível compreender que quatro dentre as principais companhias bancárias que atuam no país realizam práticas de governança, contudo o setor parece manter características ortodoxas, com intercessão entre os que manda e os que fiscalizam, tendo mais expoentes masculinos no posto dos mais altos tomadores de decisão, e sendo os gestores estratégicos mais jovens e o board na meia idade. A participação feminina ainda se mostra incipiente.

CONCLUSÃO

Este estudo tem o objetivo de identificar as principais práticas de Responsabilidade Social Empresarial das companhias brasileiras do setor bancário no período de 2008 a 2015, verificando o seu engajamento quanto às dimensões da sustentabilidade socioambiental e econômica.

O estudo considerou os Fatores ESG, inspirado nos fundamentos do modelo de sustentabilidade de Elkington (2001). Os resultados permitiram concluir que as empresas investigadas se submetem, de modo geral, a entidades de auditoria social, certificação e verificação de suas práticas de responsabilidade para com o ambiente, sociedade e governança corporativa. Isso fica evidenciado quanto a posição assumida como signatários de mecanismos de controle e certificação desenvolvidos por representantes globais de reconhecida credibilidade.

Quanto ao Fator ambiental verificou-se que são realizados controles de poluição ambiental e mitigação de impactos contra as mudanças climáticas, e consumo de recursos não renováveis, contudo os controles mostraram pouca efetividade nos resultados obtidos, exceto pelo consumo de água que reduziu conforme demonstrado.

No pilar social, os Fatores ESG pareceram evidenciar poucos dados, o que merece aprofundamento quanto ao trabalho infantil, trabalho escravo, relações com pessoas, empregados, relações de gênero e diversidade, de modo a permitir mais fluência nesse aspecto, ressaltando os compromissos de cidadania corporativa, as relações com a comunidade. Isso representou uma restrição do estudo que carece de ser aprofundada.

No tocante ao Fator Governança, foi possível reconhecer a implementação de práticas recomendadas nos códigos de governança, contudo, a classificação de governança corporativa em que se enquadraram as companhias já evidencia o quanto ainda precisarão avançar para atingir o patamar desejável em que a gestão e governança possam ser tratadas imparcialmente dentro dos compromissos de sustentabilidade.

A estratégia está com os jovens gestores que realizam os planos, mas as grandes decisões estão no conselho de senhores da maturidade. Há certa autonomia, porém, há também ingerência nas instâncias decisórias e de fiscalização. Predominam os senhores e algumas senhoras apenas ensaiam sua participação e pode-se mencionar que “Ainda somos os mesmos e quase vivemos como nossos pais”.

A relevância desse estudo pode ser corroborada pela ação desencadeada por representantes globais que anunciaram sua preocupação com riscos do meio ambiente. Dessa ação já foi gerado relatório com recomendações globais às diversas companhias, de setores diversificados, com destaque para as companhias financeiras e seguradoras, em função das perspectivas de perdas com meio ambiente e mudanças climáticas e além disso foi criado o Índice de Impacto Sustentável MSCI ACWI e MSCI ESG lançado em abril 2017.

O relatório final de recomendações do TCFD - *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* recebeu apoio de mais de 100 empresas abrangendo inúmeras indústrias globalmente, que coletivamente assinaram a declaração de suporte. Outros riscos e perspectivas podem ocorrer e gerar os excluídos do clima, os excluídos de um mundo que pode ter perdido a noção de humanidade. Resta perguntar quais são os caminhos possíveis, tentar compreendê-los e ensaiar a busca das respostas.

REFERÊNCIAS

- ABNT NBR ISO 26000:2010. Diretrizes sobre responsabilidade social Guidance on social responsibility Primeira edição NORMA BRASILEIRA 01.11.2010. ISBN 978-85-07-02363-0 AVI-YONAH, Reuven. **The Cyclical Transformations Of The Corporate Form**. Delaware journal of corporate law. vol 30. 2005
- DAHLSTRUD, Alexander. **How Corporate Social Responsibility is Defined: an Analysis of 37 Definitions**. John Wiley & Sons, Ltd and ERP Environment. 2006. Disponível em <http://www.mcxindia.com/csr/newsarticle/PDF/CSR_news45.pdf>
- ELKINGTON, John, **Canibais Com Garfo E Faca** . Makron Books – 2001
- FREDERICK, W. (2006). **Corporation, be good! The story of corporate social responsibility**. Indianapolis: Dog Ear Publishing, 2006.
- FREEMAN, R. E. **Strategic management: a stakeholder approach**. Boston: Pitman, 1984.
- FRIEDMAN, M., «The social responsibility of business is to increase profit». **New York Times Magazine, September, pp. 13-33**. 1970.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008
- GRUSZCZYNSKI, Marek. Corporate Governance and Financial Performance of Companies in Poland. **International Advances in Economic Research**. May 2006, Volume 12, Issue 2, pp 251–2592006.
- IDOWU, Samuel O. ; Leal Filho, WALTER: **Global practices of corporate social responsibility**. Springer, Heidelberg, 2009, ISBN 978-3-540-68812-9, 508, pp.
- JENSEN, M.; MECKLING, W. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.
- MALHOTRA, N. **Pesquisa de Marketing**. 3ed. Porto Alegre: Bookman, 2001
- PEIRIS; Dinusha; EVANS, John (2010). The relationship between environmental social governance factors and U.S. stock performance. **The Journal of Investing Fall 2010**, Vol. 19, No. 3: pp. 104-112
- SACHS , Ignacy . **Desenvolvimento: Incluyente Sustentável, Sustentando**. Rio De Janeiro: Garamond, 2008.
- Task Force on Climate-related Financial Disclosures** . disponível em < <https://www.fsb-tcfd.org/publications/final-recommendations-report/>> acesso em outubro 2017.
- VERGARA
- UNEP FI AND PRI 2012. Disponível em:< <http://www.unepfi.org/investment/pri/>> Acesso em set 2017.
- MSCI Inc. disponível em: < <https://www.msci.com/>> Acesso em dez 2016.
- VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000. (BBAS3 BS) - ESG Índices